



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 41, § 2º, da Constituição do Estado, c/c o art. 197, *caput*, do Regimento Interno deste Poder e o art. 106 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e considerando que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) editou a Resolução nº 06, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicada em 2014, pelo Ministério da Saúde (MS), preconiza a alimentação adequada e saudável baseada no consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, devendo, este, ter seu consumo limitado, e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados; que o Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, do MS, orienta sobre a alimentação nos dois primeiros anos de vida, visando à promoção da saúde, do crescimento e desenvolvimento, de acordo com o potencial de cada criança; que o Modelo de Perfil Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instrumento para classificação de alimentos e bebidas, publicado em 2016, permite identificar aqueles que contenham uma quantidade excessiva de açúcares livres, sal, gorduras totais, gorduras saturadas e ácidos graxos trans e auxilia a regulamentação de políticas públicas relacionadas com a prevenção e o controle da obesidade e sobrepeso, inclusive programas de alimentação escolar, visando criar ambientes favoráveis à alimentação adequada e saudável, **requer** seja encaminhado ao Secretário de Estado da Educação e ao Secretário de Estado da Agricultura o seguinte **Pedido de Informação**:

1 - qual é o valor repassado pelo Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para o Governo do Estado?

2 - qual o montante que o Governo do Estado repassa de recursos próprios para a aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações?

3 - quais os percentuais que o Governo do Estado de Santa Catarina aplica dos recursos do PNAE na aquisição de alimentos? Qual é o número e o tipo de alimentos?

4 - quem é responsável pela elaboração do cardápio para a aquisição de gêneros alimentícios com os recursos do PNAE?

5 - em que proporção, hoje, são adquiridos alimentos orgânicos e agroecológicos?

6 - do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, qual é o percentual adquirido de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações?

7 - qual a logística de aquisição de alimentos nas regiões de Santa Catarina?

8 - quantos editais de chamada pública foram lançados em 2023 e em que data?

9 - qual é o planejamento para lançamento dos editais de chamada pública e qual a sua regularidade?

10 - qual é o valor de recursos devolvidos ao FNDE, no âmbito do PNAE, quando não é utilizado o mínimo de 30% (trinta por cento) na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações?

11 - como é divulgado em Santa Catarina o lançamento dos editais de chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações? e

12 - quantos municípios de Santa Catarina possuem Conselho de Alimentação Escolar?

Sala das Sessões,

Deputado Fabiano da Luz
(assinado eletronicamente)



ELEGIS
Sistema de Processo
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Fabiano da Luz**, em
16/10/2023, às 17:46.
